

Cenário eleitoral aponta para polarização

Esquerda, volver. PT precisará afirmar sua vocação de transformar o país.



Eduardo Knapp/Folha Imagem

Em busca da vitória. Conjuntura hoje é diversa daquela de 2002.

A portas fechadas. Pressa das emissoras cala a sociedade.

Os impasses da TV digital no Brasil

A implementação da TV digital trará muitos impactos à vida social e econômica brasileira. O debate de fundo é, mais uma vez, a disputa entre interesses públicos e privados na tomada de decisões que envolvem a TV digital no Brasil.

De um lado, o ministro das Comunicações e as emissoras de TV querem uma rápida definição pelo padrão japonês, de outro lado, movimentos sociais da área pedem mais tempo ao governo, para que o debate seja feito de maneira democrática.



Hélio Romero/AF

Página 3

O 13º Encontro Nacional do PT, entre os dias 28 e 30 de abril, terá a responsabilidade de construir um balanço da primeira experiência de governo federal e produzir as diretrizes para um segundo mandato. As eleições de 2006 estarão no centro da pauta do Encontro.

Dada a largada para a corrida eleitoral, a direita neoliberal se articula buscando voltar ao governo. A apresentação da candidatura de Geraldo Alckmin, bem como outros episódios recentes, indicam um cenário polarizado.

Nesse contexto, a conclusão da primeira etapa do processo de unificação entre DS e coletivos socialistas petistas responde ao desafio imediato da disputa do Encontro Nacional, inserido num desafio maior: o da reconstrução socialista do PT.

Páginas 4 e 5

Refundação do Estado. Morales convoca Assembléia Constituinte.

Um cenário internacional fora da ordem

A posse de Evo Morales na Bolívia foi revestida de simbolismos políticos e indígenas. O início do seu mandato, de cara, trans-

formou em atos alguns compromissos do candidato. Foi convocada uma Assembléia Constituinte e, nos próximos meses, o país

vai discutir a "refundação do Estado", para superar definitivamente a "fase colonial". Enquanto isso, nos países imperialistas, pipocam

mobilizações, especialmente por parte de jovens e imigrantes.

Página 8

9º Congresso da CUT deve atualizar papel e tarefas da central

Página 6

PT: à altura do Brasil

Risco e oportunidade. Responsabilidade da esquerda petista é grande no período.

Kleber Chagas Cerqueira e Rodrigo Falcão

O Partido dos Trabalhadores encontra-se, hoje, no centro do embate desencadeado pela direita em todo o país. É urgente e essencial reafirmarmos nosso projeto político, como partido da transformação social com valores e práticas socialistas e democráticos.

É fundamental, também, assegurarmos a vitória política e eleitoral do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, condição para darmos continuidade a um programa que reduza ainda mais as profundas desigualdades sociais, proporcionando oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras. Um programa que reafirme a soberania nacional, que fortaleça o crescimento econômico com distribuição de renda, garantindo maiores investimentos nos serviços públicos de qualidade, enfim, com elevação da qualidade de vida da nossa população. Não podemos admitir e não permitiremos retrocessos.

O momento político por que passa a América Latina é favorável ao avanço da esquerda, com as vitórias eleitorais na Venezuela, Argentina, Bolívia, Uruguai e Chile. O Governo Lula também é responsável por esse momento, a partir de uma política externa soberana e exitosa, demonstrada no enfrentamento da Alca, no endurecimento na OMC, na não adesão ao belicismo dos EUA, apesar do ainda não solucionado caso do Haiti. Nosso governo é um pólo firme na política de integração latino-americana. Uma eventual derrota eleitoral do PT em outubro representará um retrocesso desastroso nesse avanço da esquerda no continente.

O lado de lá

A escolha de Alckmin como candidato do PSDB deixa as coisas bem mais claras. O que está em jogo no país, nas próximas eleições, é manter e aprofundar um processo de mudanças sociais, com o fortaleci-

É urgente e essencial reafirmarmos nosso projeto político, como partido da transformação social com valores e práticas socialistas e democráticos.

mento do Governo democrático e popular, ou o retrocesso ao neoliberalismo desavergonhado, com tudo o que significa: privatizações selvagens, desmantelamento da estrutura de atenção social do Estado e mercantilização dos serviços públicos.

A direita, capitaneada por PSDB, PFL e parte da grande imprensa, se apóia, em grande medida, em erros de membros do Governo Lula e do PT para travar sua cruzada reacionária e hipócrita, tentando convencer o Brasil de que a tradicional elite política corrupta que representam transformou-se, num passe de mágica, no pilar vestal do zelo pelo patrimônio público. Por outro lado, no mesmo processo de inversão de participação histórica, pretendem nos imputar o papel de maiores corruptos da história do país. Não aceitam que, depois de tanta campanha difamatória, Lula siga bem avaliado, e o PT, o mais respeitado partido do País.

O desafio do PT é mostrar à sociedade que reconhece os erros cometidos por alguns dirigentes e que é capaz de superar tais fatos.

O vale-tudo da oposição faz qualquer momento de exacerbação oposicionista do PT parecer cordialidade, ultrapassando qualquer limite aceitável para uma oposição responsável: CPIs que investigam tudo e qualquer coisa, quebras de sigilo e vazamentos a esmo por parte de parlamentares oposicionistas. Os mesmos parla-

mentares oposicionistas que ainda não votaram, em pleno mês de abril, o Orçamento Geral da União para 2006, numa tentativa irresponsável de paralisar o governo, mas atingindo toda a sociedade brasileira.

O desfecho da CPMI dos Correios, com o relator Serraglio retirando do relatório final, acintosamente, nomes caros à oposição, como o do banqueiro Daniel Dantas, do Vice-Governador mineiro Clésio Andrade, além do seu conterrâneo e correligionário José Borba, mostra, sem margem de dúvidas, que o alvo da CPI não foi a ética ou a proteção da coisa pública, mas a política rasteira contra o PT.

A CPMI foi uma vitória da oposição, ao tentar carimbar no PT a marca do "mensalão", ainda que, na essência, não haja prova da sua existência. A reportagem "Perguntas ao Relator", da revista Carta Capital de 05/04/2006 demonstra bem esse quadro.

O desafio da superação

O desafio do PT é mostrar à sociedade que reconhece os erros cometidos por alguns dirigentes e que é capaz de superar tais fatos, retomando o curso da construção da sua própria história. A mobilização da militância no Processo de Eleições Diretas do ano passado, com seus 320 mil votantes, foi a primeira grande resposta do partido e mostrou o acerto da esquerda do PT em defender a realização do PED naquele momento. Mais uma vez, a democracia interna mostrou ser o oxigênio e a força do PT.

A dimensão desse desafio aumenta a responsabilidade da esquerda do partido. O caminho para a superação desta que foi, sem nenhuma dúvida, a maior crise de nossa história,

não passa apenas pela reeleição de Lula, mas, principalmente, pelo papel do partido em constituir-se numa ferramenta para que um segundo mandato presidencial aprofunde a execução política de nosso programa.

Como no ideograma japonês para "crise", que funde as idéias de "risco" e de "oportunidade", o momento em que o PT chegou mais perto de sua desintegração como partido da organização popular e da igualdade social, com a saída de muitos companheiros (alguns por defesa de seus ideários, outros por mero oportunismo), esse momento é também a melhor oportunidade para a esquerda do partido interferir nos seus rumos. O PED já mostrou isso.

Entendemos que estão maduras as condições para uma grande aglutinação das forças do campo da esquerda do PT.

Nós, que militamos no PT-DF, no agrupamento Construção: Socialismo e Democracia - CSD, entendemos que estão maduras as condições para uma grande aglutinação das forças do campo da esquerda do PT. Aglutinação que, respeitando diferenças e particularidades, conforme um pólo de intervenção e de orientação política capaz de ajudar o partido a se reencontrar com sua história e com sua vocação de partido das lutas sociais, da organização popular e dos valores e ideais socialistas e democráticos.

O 13º Encontro Nacional do Partido é um momento importante. Cabe a nós escolhermos entre aproveitá-lo ou seguirmos escapando dos riscos da crise.

Kleber Chagas Cerqueira e Rodrigo Falcão são militantes da corrente Construção: Socialismo e Democracia (PT-DF).

Campanha de assinaturas

Em abril, os(as) militantes da DS devem regularizar sua contribuição anual com a tendência. São três faixas de contribuição, de acordo com a renda mensal:

Renda mensal	Contribuição
até R\$ 500,00	R\$ 50,00
até R\$ 1.500,00	R\$ 100,00
acima de R\$ 1.501,00	R\$ 150,00

O pagamento da contribuição pode ser feito ao responsável por finanças na sua cidade, região ou estado. Este(a), por sua vez, deve encaminhar os valores bem como os dados postais para recebimento do jornal para o escritório nacional da tendência. Se preferir, você pode pagar diretamente ao escritório nacional.

Além do compromisso militante para a auto-sustentação da DS, queremos ampliar a circulação do nosso jornal Democracia Socialista - Em Tempo. Por isso, estamos lançando também uma campanha de assinaturas. A meta é que cada militante faça, além da sua, pelo menos mais duas assinaturas.

A circulação do jornal esteve interrompida desde o início da campanha para o PED. Em março, a edição impressa foi retomada, e precisa ser sustentada a partir de uma nova organização financeira, garantindo sua regularidade. É muito importante fortalecermos os mecanismos de comunicação e propagação de nossas idéias e debates, a fim de estabelecermos diálogo com a militância petista, qualificarmos a disputa dentro do PT e com outros setores.

Para militantes sociais e demais petistas não filiados à DS, a assinatura pode ser feita da mesma forma, e dá direito a receber o jornal em casa por um ano. As faixas de assinatura estão descritas no formulário do rodapé desta página.

Democracia Socialista

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação do Instituto de Comunicação, Estudos e Formação Isaac Akcelrud

Equipe editorial:

Nalu Faria, Caio Galvão, Carlos Henrique Árabe, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho

Editor:

Carlos Henrique Árabe

Editora assistente:

Alessandra Terribili

Projeto gráfico e diagramação:

Caco Bisol

Jornalista Responsável:

João Brant - Mtb 33.748 DRT/SP

Internet:

Marcelo Fragozo

Fechamento: 18 de abril de 2006

Assinaturas

Preencha a ficha ao lado e envie junto com cheque nominal para ICEF - IA.

Rua Albuquerque Lins, 635/91 - Sta. Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001.

Se preferir, faça depósito para

ICEF-IA, Banco do Brasil,

Ag. 3326-x, CC. 7680-5,

CNPJ 04891401/0001-30 e

envie os dados do cupom,

juntamente com o comprovante,

por e-mail ou fax.

Fone/Fax (11) 3666.5550 e

3667.3476.

contato@democraciasocialista.org.br.

Visite a página da DS

www.democraciasocialista.org.br

JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA

MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA: NORMAL: 50,00 APOIO: 100,00 APOIO: 150,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE:

UF:

FONE:

E-MAIL:

TV digital: o que está em jogo?

Na arquibancada. Sociedade tem sido excluída das discussões por ministro.

Nas últimas semanas, através de jornais de grande circulação e em inserções ao longo da programação televisiva, a sociedade brasileira foi bombardeada pela posição da poderosa Abert (Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e Televisão) acerca de um tema ainda nebuloso para a maioria: a implantação da tecnologia digital na TV brasileira. Mas o que realmente está em jogo nesse processo?

Ao contrário do que fazem pensar as intervenções da Abert, o advento da TV digital não se reduz à melhoria da qualidade de imagem e som, tampouco à perspectiva de transmissão e recepção móvel. A implementação da TV digital envolve questões como a democratização das mídias; inclusão digital; preservação da diversidade cultural e regional brasileira; desenvolvimento da indústria nacional. Ou o aprofundamento da nossa dependência econômica e tecnológica em relação aos países do centro do capitalismo mundial; o aumento da distância entre pequenas e grandes emissoras e a consequente manutenção de um quadro de concentração da mídia; o estrangulamento de produções independentes; a criação de "categorias" de telespectadores, que teriam acesso aos serviços da radiodifusão de acordo com o que podem pagar.

Ou seja; estamos falando, mais uma vez, da prevalência ou não dos interesses privados sobre os interesses públicos.

Sendo assim, para que o Brasil tenha condições de se inserir autonomamente nesse processo, não é possível que as decisões sejam tomadas a toque de caixa, excluindo a imensa gama de interessados no assunto. Não há razão alguma, do ponto de vista do interesse público, que justifique a pressa da Abert e do ministro das Comunicações, Hélio Costa, nas decisões que envolvem o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD).

Por que a pressa?

A primeira e mais evidente razão para frear essa pressa reside no fato de a população brasileira estar alheia ao andamento das discussões. Pouca gente sabe, por exemplo, que universidades brasileiras demonstraram sua capacidade de criar um sistema de TV digital brasileiro que seja interoperável com os demais sistemas existentes, evitando o isolamento do país — permitindo, assim, fugir da falsa "lista tríplice" entre estadunidenses, europeus e japoneses. Mas não se fala nisso.

Essa proposta reuniu 80 grupos de pesquisa e recebeu um



Mais participação. Estudantes mineiros protestam em frente ao Ministério das Comunicações.

Por um programa de democratização

Na calada da noite. Monopólio da comunicação fortalece ordem vigente.

A concentração dos grandes veículos nas mãos de poucos grupos faz com estes se tornem um instrumento de manutenção da ordem vigente, desigual. Alguns exercem de maneira plena sua liberdade de expressão, enquanto a maioria permanece privada desse direito.

Mas como diz o ditado, a liberdade de um termina onde começa a do outro. Vira e mexe, alguma coisa na programação de televisão ou de rádio choca a população brasileira e a entusiasmo a pensar que há que se controlar a "baixaria" audiovisual. Rapidamente, o debate confunde-se com censura e, com uma ou duas

respostas triviais, tudo permanece como dantes: as emissoras de TV e rádio fazendo o que bem entendem de suas concessões, atribuindo-lhes um caráter essencialmente comercial.

Qual o problema? As concessões de TV e rádio são públicas, e as emissoras jamais prestam conta do que fazem ou deixam de fazer. A regulamentação do setor é absolutamente insuficiente, e não dá conta de promover a diversificação de formas e conteúdos, a regionalização da produção, a criação de um sistema público, nem dá conta da proibição do monopólio. Tudo isso está contido na

Constituição Federal, mas jamais saiu do papel.

A verdade é que essas concessões são recorrentemente utilizadas como moeda de troca na política. Basta perceber que os donos das principais afiliadas das grandes emissoras, em âmbito regional, são detentores de mandatos parlamentares e até executivo. É parte do exercício do coronelismo eletrônico do século XXI.

Enfrentar o quadro antidemocrático das comunicações no Brasil passa também por valorizar a produção regional e independente, diversificando os agentes. Isso inclui, certamente, as rádios comunitárias, que, ao contrário

do que seriam as expectativas, vêm sendo tratadas de maneira ainda mais repressiva pela Polícia Federal.

"O PT não priorizou a democratização da comunicação neste primeiro governo", afirma o deputado federal Gilmar Machado (PT/MG). "Para um próximo mandato, é tão importante pensar nisso quanto na reforma política", completa, apontando que a desconstrução do monopólio da mídia é um aspecto fundamental da inversão de correlação de forças que o PT precisa promover visando à implementação do programa democrático e popular no Brasil.

investimento de R\$ 50 milhões do governo. A proposta era construir parte do sistema e pegar algumas coisas prontas. Enquanto isso, o encaminhamento do Ministério das Comunicações vai no sentido de assumir o sistema japonês e talvez fazer adaptações para que ele funcione no Brasil, o procedimento inverso.

A exaltação da alta definição, por parte da Abert, também chama a atenção. Acontece que, quanto mais alta a definição, menos espaço sobra no espectro de radiofrequência. Ou seja: disponibilização de mais canais. Uma maior pluralidade de canais, além de favorecer o combate à concentração da mídia em poucas mãos, poderia ajudar a combater um outro mal decorrente deste: a centralização da produção no eixo RJ-SP.

De acordo o Intervozes — Coletivo Brasil de Comunicação Social, entidade que integra o Fórum Nacional pela Democrati-

zação da Comunicação (FNDC), é possível equacionar as duas coisas, combinando qualidade de imagem de DVD com a otimização do espectro. Mas não se fala nisso.

Outro aspecto importante do debate é a inclusão digital, de que forma e servindo a quais fins ela se dará. A TV digital traz a possibilidade de o espectador deixar de ser apenas um receptor passivo, proporcionando algum grau de interação. Mas que tipo de interatividade o sistema brasileiro vai estimular? O do "supermercado", que muito interessa às emissoras, ou seja, a possibilidade de os espectadores comprarem produtos expostos em novelas e programas de TV com um "clique"? Ou governo eletrônico, acesso a páginas na internet, a correio eletrônico? Também não se fala nisso.

A opção das emissoras

Fica a pergunta: por que o

ministro Costa e as emissoras de TV defendem uma definição, possivelmente precipitada, pelo padrão japonês?

As justificativas apresentadas não convencem. A possibilidade de transmissão móvel, para celulares, por exemplo, ao contrário do que diz a Rede Globo, não é exclusividade do padrão japonês. A questão é como operacionalizar isso. A inclusão das empresas de telefonia no processo, por exemplo, abriria mais concorrência, o que, de cara, desagradaria a Abert. Mas é mais ainda que isso. Todos os padrões apresentados, inclusive o brasileiro, *Sorcer*, desenvolvido pela PUC/RS, são capazes de efetuar a transmissão móvel. "A Globo precisa dizer por que a insistência no padrão japonês, então", questiona Diogo Moyes, do Intervozes.

Um dos trunfos apresentados pelo ministro Hélio Costa é a disposição (não garantida)

dos japoneses de abrir uma fábrica de semi-condutores no Brasil. Medida insuficiente diante do que poderia ser, segundo o deputado federal Walter Pinheiro (PT/BA), cujo mandato também integra o FNDC: "Uma vez instalada aqui, a fábrica teria exclusivamente a aplicação de design, porque o cérebro do chip continua sendo de desenvolvimento deles".

Mais do que de uma bela imagem, a sociedade brasileira precisa ser incluída no debate e nas decisões, a fim de que a definição a ser tomada esteja a serviço de muitos, não dos poucos detentores do monopólio da comunicação de massa no Brasil. "Isso não é uma decisão nem de governo, nem de governante, muito menos de ministro", afirma Pinheiro. "Isso é uma decisão de nação. Vai interferir nos próximos 40 anos de nossas vidas, na democracia e na economia do país".

A provável polarização do cenário eleitoral

Conjuntura nacional. Direita se articula para buscar espaço na opinião pública.

A disputa eleitoral no Brasil abre-se de maneira polarizada. A apresentação da candidatura do pólo conservador, capitaneado por PSDB e PFL, o desfecho da CPI dos Correios e a crise que levou à queda de Palocci são elementos que coexistem com recentes pesquisas de intenção de voto que apontam o favoritismo de Lula na disputa. Para efetivamente "dar a volta por cima" e vencer, a candidatura do PT precisa afirmar a sua vocação de transformar a vida social do país e construir a repactuação política com a ética pública.

A indicação de Geraldo Alckmin fortalece a tendência de polarização. A opção do PSDB deve ser entendida nos marcos da crise programática que o partido vivencia desde o segundo mandato de FHC. A preferência da cúpula do tucanato era por José Serra. Mas em um partido estatalizado (vale lembrar que o PSDB se formou a partir do exercício do governo federal, com Fernando Henrique Cardoso à frente), valeu a força daquele que detinha o controle da maior máquina de governo. Assim, Alckmin tem que reconstituir o caminho para uma maioria eleitoral em prazo curto e concentrado. Serra era o depositário da acumulação eleitoral e de conformação de coalizões políticas e sociais que o PSDB veio tentando construir desde as eleições de 2002.

Hoje, sob cerrado ataque, o PT precisa recuperar sua identidade político-programática e passar para a ofensiva, sem cair na tentação de reagir de forma ufanista às pesquisas de intenção de voto. Essas pesquisas mostram a existência de uma base popular do governo, mas esta pode ser comprometida caso o partido e o próprio governo permaneçam na defensiva.

O personagem

Alckmin é o candidato conservador que capitaliza o voto de direita, mas, para vencer, terá que construir pontes para o centro. Nome mais capaz de agrupar a força poderosa do grande capital, terá que bater Lula num vasto eleitorado de perfil mais pobre. Instalado no centro político e econômico do país, terá que se nacionalizar e vencer resistências de culturas políticas regionais avessas à identidade paulista. Mas entre as figuras de um Juscelino sem Brasília, de um Jânio sem vassoura na própria casa (foram 69 as CPIs sepultadas na Assembleia Legislativa de São Paulo), de um Lacerda sem brilho retórico acusatório, qual fantasma da galeria anti-popular da história republicana brasileira encarnaria Alckmin?



Indicar um novo momento

Ética e economia. Governo precisa ousar para vencer em cenário polarizado.

Para evitar que a coalizão de oposição faça farto uso de denúncias de corrupção como modo de compensar a falta de popularidade que lhe falta nas urnas para vencer, é preciso alterar a postura política de defesa que tem prevalecido, e reconstruir o pacto ético com a opinião pública.

O uso instrumental da ética pública implica em três movimentos. O primeiro é acusar sem estar disposto a usar para si os mesmos critérios de transparência, controle e punição. O segundo é utilizar um critério de pura oportunidade e cálculo: acusar se isso trouxer acúmulo de poder; não punir se o acordo for preferível ao próprio objetivo; ser transigente com aliados e ar-

tificialmente rigoroso para punir um adversário. O terceiro movimento é o de separar o uso político da bandeira anti-corrupção e o compromisso de impulsionar soluções que ataquem o problema na raiz.

Enquanto o PT e o governo Lula não forem capazes de enfrentar a brecha entre as suas identidades e a consciência democrática da opinião pública, haverá espaço para a manipulação do tema da corrupção pela oposição liberal-conservadora. Certamente, há esta capacidade e ela pode ser decisiva.

A ascensão de Mantega

Para fazer frente ao projeto que se expressa na candidatura

de Geraldo Alckmin, o PT precisará adotar um programa e um discurso mais à esquerda do que foram estes três anos e meio de governo Lula. Um fato relevante pode ser a ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda.

Primeiro economista desenvolvimentista a assumir esse posto desde a eleição de Collor, sua nomeação tem a possibilidade de trazer três benefícios. O primeiro é buscar maior coesão das metas de governo. Segundo, restabelecer circuitos de diálogo muito decisivos para a formação da governabilidade, seja com a intelectualidade progressista do país, seja com os movimentos sociais. Por fim, trazer credibilidade a uma construção

programática que aponte plenamente para um modelo de desenvolvimento que, através da distribuição de renda, garanta novos patamares de crescimento econômico.

Nessas eleições, que farão um balanço público do governo Lula, espera-se que a ascensão de Guido Mantega traga um discurso coerente com a superação da miséria social no Brasil, que o governo Lula tem legitimidade para projetar em antagonismo à candidatura Alckmin. É, sobretudo, esse compromisso social renovado com os oprimidos que pode fazer de Lula um candidato forte frente à identidade elitista e reacionária do candidato tucano.

Em uma pesquisa encomendada em outubro de 2005, a revista *Exame* checou a preferência de executivos de 231 companhias. Na votação espontânea, Alckmin obteve 40% dos votos contra 21% de Serra e 6% de Lula. Na estimulada, sem Serra, Alckmin obtém 84% dos votos contra 7% de Lula. O seu exercício de governo em São Paulo e a sua maior nitidez liberal-conservadora fazem de Alckmin o preferido do grande empresariado brasileiro.

Alckmin é o preferido dos mais ricos. Na primeira oportunidade depois de escolhido, disse que "a pátria são as famílias, a religião, os costumes, a tradição". Essas são as credenciais e a força do principal adversário de Lula em 2006. Promete um governo mais liberalizante, mais privatista e com mais quebra de direitos sociais do que foram os dois mandatos de Fernando Henrique. Sem falar num reali-

nhamento internacional sob a tutela estadunidense.

Confusão no centro

Soma-se a esse cenário o fato de que o Superior Tribunal Federal derrubou como inconstitucional a votação do Congresso Nacional que punha fim à exigência da verticalização nas coligações. Deve haver, pois, coerência entre a aliança nacional e as alianças estaduais feitas pelos partidos.

De imediato, essa decisão poria em risco a candidatura do PMDB. A decisão sobre ter candidato próprio ou não ficou para a convenção de junho. Entretanto, o pré-candidato Anthony Garotinho vem ganhando as partidas preliminares. Mantém-se candidato com muita projeção nos programas de rádio e TV a que seu partido tem direito. As últimas pesquisas, indicando empate técnico entre Alckmin e Garotinho, favorecem a

perspectiva da candidatura própria. Mas o que os governadores do PMDB e outras lideranças regionais preferem é manter os seus espaços de poder nos estados. O partido cindido não se coligaria na aliança presidencial, ficando "livre" para diferentes composições estaduais.

O PMDB é um grande partido (maior bancada no Senado, segunda na Câmara dos Deputados, governa oito estados), mas desde o governo Collor, vive esfacelado. Configura-se cada vez mais como um conglomerado nacional assentado em interesses regionais. Uma candidatura própria do PMDB ajudaria o fortalecimento das instituições democráticas, incluindo aí os partidos políticos nacionais.

De qualquer forma, o destaque obtido por Garotinho nas últimas pesquisas mostra que há espaço para crescimento da oposição no que se refere ao que o governo deixou de correspon-

der às expectativas populares abertas com a eleição de Lula.

Romper com o paradigma neoliberal e erguer uma nação democrática, justa e soberana é tarefa da esquerda. A direita, capitaneada por Alckmin, propõe retrocesso e mais liberalismo. O centro novamente se dilacera, sem identidade, afundado em conflitos internos e sem perspectiva.

Cabe ao PT se colocar como o principal agente para recompor os laços do movimento democrático e popular e construir uma aliança política e social para efetivar a transição. Uma aliança com os partidos de esquerda, os movimentos sociais e todos aqueles e aquelas que lutam por uma nação democrática, pela ampliação de direitos, pelo crescimento econômico com distribuição de renda, na qual o protagonismo popular seja o elemento fundamental para a construção do futuro do país.

O 13º Encontro Nacional do PT

Balanco e perspectivas. Encontro vai preparar o partido para as disputas de 2006.

O 13º Encontro Nacional do PT, que se realizará nos dias 28, 29 e 30 de abril, tem a enorme responsabilidade de fazer um primeiro balanço da nossa experiência de governo e propor as diretrizes para um segundo mandato. Essas proposições serão alimentadas por discussões seguintes, e nessa segunda fase, será fundamental uma elaboração conjunta com os partidos que caminharão conosco desde o primeiro turno. Provavelmente, com a manutenção da verticalização, PCdoB e PSB.

Parte dessa tarefa já foi realizada de forma exitosa. O Diretório Nacional, na sua primeira reunião após o PED, decidiu que os textos para debate do Encontro seriam elaborados por comissões indicadas pelo Diretório, e não aquele apresentado pela chapa mais votada nas eleições internas. Os textos estão divulgados na página do PT na internet, cabendo emendas e textos alternativos. São dois documentos: um sobre conjuntura, tática e política de alianças; e outro sobre balanço e diretrizes do programa de governo.

Os debates do Encontro

O texto sobre conjuntura, tática e política de alianças aponta corretamente a dimensão da disputa e os objetivos do PT: "O 13º Encontro Nacional estabelece como objetivos táticos centrais: vencer as eleições presidenciais, impedindo que os neoliberais reconquistem o governo federal; e ampliar a força do PT e das forças democráticas e populares, criando uma das condições necessárias para realizar a transição do modelo econômico e social".

No texto sobre diretrizes, destacam-se as limitações que devem ser superadas em um segundo mandato: "Temos hoje maior conhecimento e experiência do Estado, importante para melhor definir diretrizes programáticas futuras. (...) Deve sintetizar medidas de transição de um primeiro para um segundo mandato, sem grande parte das limitações impostas pela herança recebida em 2002. Deve resgatar, finalmente, as esperanças de constituição de um Governo Democrático e Popular".

Polêmicas, no entanto, permanecem. Uma diz respeito à política de alianças. O documento assinala duas posições básicas: uma que permite ligações com todos os partidos da base aliada do governo federal (incluindo os partidos de direita: PP, PL e PTB); e outra assentada no campo democrático e popular.



Novos rumos. Encontro vai aprovar diretrizes de programa e tática eleitoral.

Sabemos dos prejuízos trazidos ao PT e ao governo a política de alianças flexível ao fisiologismo e ao pragmatismo dos partidos de direita. É preciso ter um balanço acerca disso também. Porém, a manutenção da verticalização favorece a idéia de alianças à esquerda, uma vez que, sem vocação hegemônica, fadados a acomodarem-se nas estruturas de poder tradicionais, esses partidos, liderados por parlamentares que colocam a manutenção

de seus mandatos como objetivo central, não devem se amarrar a nenhuma candidatura presidencial. Devem coligar-se em cada estado segundo seus interesses locais.

Outros temas merecem um tratamento mais aprofundado. Um deles diz respeito à constituição de um pilar fundamental para a governabilidade democrática, que são as iniciativas no campo da participação popular, como a implantação do Orçamento Participativo Nacional.

Iniciativas como essa criariam condições para a conformação de uma nova forma de governabilidade, não através da conquista de maiorias no Congresso Nacional – cuja composição e formas pelas quais esta se deu conhecemos bem – mas de maiorias sociais.

Outro ponto é avançar numa elaboração da transição para um novo modelo econômico que supere os temas, já muito consensuais no debate nacional, de baixar as taxas de

juros e de diminuição do superávit primário.

A questão do partido

Durante o PED, muito se debateu sobre o próprio PT, sua estrutura interna, seu funcionamento. Mesmo deixando para o III Congresso, em 2007, uma profunda revisão do atual estatuto, este 13º Encontro Nacional deve se posicionar por algumas mudanças tópicas que ajudariam a resolver impasses importantes.

Um ponto nevrálgico é a retomada da organização de base no PT. É decisivo para a participação cotidiana e ativa da militância que os núcleos de base tenham função e poder dentro do partido. Frente à crise financeira e à gigantesca dívida do PT, outro ponto é instituir novamente a contribuição financeira mensal do filiado. Uma larga camada de trabalhadores assalariados está disposta a contribuir com a sustentação do partido e, é claro, ter controle democrático sobre os gastos e despesas.

Uma dívida do PT para com a consciência democrática da nação é a inexistência de um processo interno ao partido que tenha produzido um juízo comum sobre os fatos e o envolvimento de vários dirigentes partidários na transgressão da ética pública. O Encontro Nacional pode ser o momento de o PT reassumir a luta pela ética na política.

Tarefas do período e respostas necessárias

DS e Coletivos Socialistas. Concluído o primeiro passo da unificação.

No último dia 25 de março, a DS e um conjunto expressivo e representativo de Coletivos Socialistas do PT deram mais um passo para a unificação em uma mesma corrente nacional. Foi constituída uma coordenação comum, com a integração de representantes do Movimento Socialista (SC), da Alternativa Socialista (MG) e da Construção: Socialismo e Democracia (DF) na Coordenação Nacional da DS. Também participam da nova coordenação o companheiro Paul Singer, de São Paulo, e o companheiro Chico de Oliveira, de Juiz de Fora.

O processo de construção de uma corrente nacional unificada é mais que uma intervenção conjunta no próximo Encontro Nacional do PT. O esforço de constituir uma mesma corrente petista responde a desafios permanentes da reconstrução partidária petista, com caráter socialista.

Um outro fator comparece nesse processo. É a necessida-

de de superar o âmbito regional de atuação ou mesmo a esfera de organização a partir de mandatos parlamentares, que responderam, durante um período de resistência, a muitos desafios. Permitiu a construção de coletivos socialistas permanentes e influentes; insuficientes, no entanto, para um período com novas características.

Desde o ponto de vista da DS, coloca-se uma perspectiva de mudança de padrão de organização e de intervenção depois da experiência das recentes eleições internas, que colocaram como possibilidade concreta a reconstrução socialista do PT. Essa passagem não se dá apenas pelo crescimento direto da tendência. Esse crescimento é imprescindível, mas ele pode ser melhor direcionado se combinado com a idéia da unificação com agrupamentos com os quais temos forte identidade socialista e partidária, gerando uma corrente com mais capacidade de elaboração e de intervenção.

Grandes tarefas

Se os fatores internos ao PT são determinantes para propor uma corrente unificada, não podemos separar a questão brasileira do crescimento de processos de embate com o neoliberalismo e, de modo articulado, com a subordinação ao imperialismo, que transcorre na América Latina. Nosso país, com o governo Lula, participa dessa dinâmica, contribui com ela, mas ainda o faz de modo aquém das possibilidades.

Esses limites, que podem ser superados, não se dão somente na dimensão internacionalista. Nesse aspecto, a cooperação ainda vem se dando nos marcos de alianças para a defesa comum com outros países de interesses nacionais frente ao quadro internacional. E é ainda muito marcada pelo caráter comercial. Uma cooperação internacionalista deve ir além e, sobretudo, não pode reproduzir, em escala regional, subdominações.

No plano interno brasileiro, observamos a grande carência de participação popular. Uma grande lição do Fórum Social Mundial de Caracas é de que não há superação da herança neoliberal sem avançar na democracia participativa. Isso guarda muita relação com o processo social na nossa vizinhança, onde essa participação vem se dando de modo muito mais intenso. A superação, necessária e possível, desse duplo limite é um motivo forte para a corrente unificada que DS e Coletivos Socialistas estão construindo.

O processo de unificação deve culminar em uma conferência nacional prevista para o primeiro semestre de 2007, antes do Congresso do PT. Até lá, atravessaremos uma intensa conjuntura de luta política, na qual buscaremos a vitória das forças populares, com a reeleição do companheiro Lula, e a abertura de um novo período de mudanças no Brasil e na América Latina.

9º congresso deve atualizar o papel da CUT

Sindicalismo. Principais bandeiras devem ser as com maior potencial mobilizador.

O 9º Congresso Nacional da CUT (Concut) acontecerá entre 6 e 9 de junho em São Paulo. Um dos desafios desse congresso da maior central sindical da América Latina é construir um marco para a redefinição do papel da CUT enquanto principal referência de organização da classe trabalhadora no Brasil.

Com a eleição de Lula, em 2002, observamos uma certa perda de legitimidade do neoliberalismo no Brasil, situação que foi acompanhada pelas eleições de governos progressistas em outros países latino-americanos. Estão abertas as possibilidades de reversão do quadro de desmonte do Estado e de perseguição aos movimentos sociais, marcas do período em que o neoliberalismo hegemônizou o país.

Frente aos desafios do próximo período, a CUT deve redefinir sua ação estratégica, tornando-se capaz de influenciar nos rumos das políticas nacionais de desenvolvimento social e econômico e de atualizar sua estrutura e organização sindical. O primeiro objetivo gira em torno da busca pela valorização do trabalho e da ampliação dos direitos. O segundo traz à tona a necessidade de fortalecer a organização sindical cutista para incluir o conjunto da classe trabalhadora que se encontra fora do mercado formal e a democratizar a vida sindical.

Sindicalismo combativo

O centro da atuação político-sindical da CUT no próximo período deve estar em reivindicações sociais com grande potencial de mobilização da classe trabalhadora. Dentre elas, duas devem ser destacadas: a Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho e a luta por uma política nacional de valorização do salário mínimo. Além disso, devem-se propor políticas de combate à precarização do trabalho, a defesa da formalidade dos contratos como mecanismos para garantir proteção social, acabando com a terceirização e qualquer outra forma de contratação precária.

Outras iniciativas precisam ser encampadas pela direção nacional da CUT, sob o ponto de vista do fortalecimento da organização sindical: a conquista de maiores espaços de liberdade sindical e do direito de organização nos locais de trabalho. Sem falar na necessidade de se impedirem as demissões de dirigentes sindicais.

Este 9º Concut deve armar a central para enfrentar os desafios do período. A estrutura e a



Concut. Salário mínimo e jornada de trabalho estarão no centro das discussões.

organização sindical cutista devem ser capazes, por um lado, de ser ferramenta adequada para esse enfrentamento. De outro lado, a CUT deve se adequar às características que a classe trabalhadora adquiriu após as transformações operadas nos anos 90 sob o modelo neoliberal. A CSD (corrente CUT Socialista e Democrática) destacou algumas iniciativas dirigidas para estes objetivos:

- Uma política de fortalecimento da estrutura horizontal da CUT. As estruturas regionais são as mais adequadas para que a CUT chegue aos setores menos organizados da classe trabalhadora, ampliando sua capacidade de representação;

- Organizar uma grande campanha nacional de sindicali-

zação, enfatizando políticas para incluir a participação de jovens e mulheres na luta sindical;

- Implementação de uma política nacional de organização dos trabalhadores do setor informal. Apesar de ser esse um setor que cresceu muito nos últimos quinze anos, nossa central não desenvolveu uma política permanente para ele. Esse segmento da classe trabalhadora tem perfil muito peculiar, que desafia as concepções sindicais tradicionais;

- Democratizar de forma plena as entidades de base. Essa tarefa deve vir acompanhada de uma política clara de promoção de processos democráticos de unificação dos(as) cutistas com vistas a enfrentar nossos adversários – superando o cenário de

eleições sindicais com mais de uma chapa cutista;

- Fortalecer a concepção e as práticas sindicais cutistas. A divulgação dos valores unitários e de independência (frente a partidos, credos, governos etc.), defendidos e praticados pela CUT, e a visibilidade de suas conquistas recentes e históricas, são necessárias para enfrentar o divisionismo e a fragmentação. O projeto cutista tem sofrido ataques de vários flancos no último período. Aos tradicionais e permanentes ataques vindos dos setores patronais e pelegos, somaram-se, nos últimos dois anos, ataques vindos de setores da esquerda sectária, que buscam transformar os sindicatos em mera linha auxiliar dos seus partidos.

- Retomar um trabalho de formação política da militância de base e das direções sindicais cutistas para aumentar o contingente de quadros capazes de implementar o projeto cutista. Esta é uma tarefa fundamental.

Essas idéias não são novas na CUT. O novo é a prioridade que a central deve dar a elas em seu conjunto, ampliando sua capacidade de mobilização e de conquista de apoios para além do mundo sindical. As bandeiras de interesse imediato da classe trabalhadora definem se uma sociedade avança a novos patamares de bem-estar geral. Sua concretização depende da correlação de forças política, haja vista a feroz resistência dos setores conservadores a essas propostas. O desafio está colocado.

Coneb traz mudanças ao movimento estudantil

Nova cultura política. Congresso da UNE terá delegação por universidade.

O 11º Coneb da UNE (Conselho Nacional de Entidades de Base, ou seja, centros e diretórios acadêmicos) aconteceu em meados de abril em Campinas, e trouxe novas perspectivas para o movimento estudantil universitário em âmbito nacional. Primeiro, porque há oito anos esse importante fórum não era convocado, e aconteceu agora, diante de um período turbulento e em pleno ano eleitoral. Segundo, porque traz novidades importantes para a própria estrutura do movimento.

Foram credenciados mais

de 2 mil delegados e delegadas do Brasil inteiro, configurando-se como o maior Coneb já realizado pela UNE – eram 6 mil participantes. Segundo resolução aprovada, a ser ratificada pelo Congresso da entidade, o fórum de base passará a ser realizado a cada dois anos.

No âmbito da conjuntura nacional, numa das mais importantes votações do conselho, a UNE aprovou sua aversão à candidatura de Geraldo Alckmin apresentada por PSDB e PFL. A diretoria da entidade pretende encaminhar, junto a outros mo-

vimentos sociais, uma campanha que debata um projeto popular para o Brasil, o que inclui, necessariamente, a derrota do projeto liberal-conservador. Vale destacar que, no estado de São Paulo, a gestão Alckmin foi marcada pelo enfrentamento truculento com os movimentos sociais da área de educação e o sucateamento acelerado do ensino público.

Novo formato

A grande novidade ficou por conta da reformulação do formato das eleições de dele-

gados aos congressos da UNE. A partir de agora, as delegações serão por universidade, não mais por curso. O novo formato deve coibir fraudes e politizar a relação dos delegados tanto com sua base quanto com o congresso. Isso implica que, em universidades onde o movimento é organizado, a diversificação de idéias será privilegiada, enquanto as universidades nas quais o movimento não consegue se articular encontrarão um espaço importante para promover essa organização.

A hora de disputar o modelo

Reforma agrária. Prioridade deve ser agricultura familiar e intervenção na estrutura fundiária.

Transformar a polarização eleitoral, já em curso, em polarização programática é fundamental para a conquista de um segundo mandato presidencial orientado pela superação integral do neoliberalismo. Para vencer, o PT precisa reanimar a esperança que elegeu Lula em 2002 a partir de uma explicitação programática distinta e muito mais clara: precisa apresentar novas orientações capazes de superar os fatores estruturais e as opções políticas que limitaram a ação do governo federal. O novo momento exige a afirmação de um novo modelo econômico e da opção pela democracia participativa, afinal, a conquista de direitos econômicos e sociais na experiência brasileira sempre esteve associada aos avanços democráticos.

A retomada do debate programático em sintonia com a construção histórica do PT é condição, inclusive, para restabelecer a aliança com os movimentos sociais e os setores progressistas. Também para consolidar e qualificar os vínculos construídos com os setores mais pobres e excluídos, beneficiados pelas políticas de proteção social e de promoção econômica e da igualdade do atual governo.

Esse é o ambiente no qual deve ser feita a atualização do debate sobre o programa agrário, superando os marcos da plataforma de 2002 expressos no programa "Vida Digna no Campo". Essa não é uma tarefa simples, seja pelo peso das raízes agrárias da estrutura social conservadora, seja pela ausência de uma reflexão que incorpore a questão agrária com a centralidade necessária.

O "Vida Digna no Campo" reflete uma acomodação no projeto de governo das demandas da agricultura patronal, da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais. O II Plano Nacional de Reforma Agrária representou um avanço ao explicitar as contradições entre esses dois segmentos e ao se orientar para impulsionar as bases para um novo modelo agrícola e de desenvolvimento nacional.

Ir além

Mas é preciso avançar mais. É preciso redefinir o lugar da agricultura no projeto nacional, em particular, da agricultura familiar. Para muitos, o atual modelo justifica-se pela importância que o chamado "agronegócio" tem na geração de divisas que contribuem, via saldo comercial, para uma menor dependência dos fluxos de capitais externos. Há espaço para a agricultura familiar, mas apenas



Agricultura familiar. Projeto precisa impulsionar novos padrões de desenvolvimento no campo.

para o seu setor mais consolidado e de forma subordinada. Entretanto, um novo patamar de crescimento impulsionaria outros setores e produziria um dinamismo mais equilibrado, combinando o atendimento das demandas de setores exportadores com as do mercado interno, de consumo de massas e de investimento.

Para um novo posicionamento da agricultura e dos segmentos populares no projeto nacional, é preciso superar a atual estrutura agrária que restringe a criação de alternativas. Numa perspectiva de transição, o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais nos marcos de inserção produtiva deve vir acompanhada da implementação de novos padrões de de-

envolvimento e da ampliação da intervenção sobre a estrutura fundiária.

As políticas com sentido estratégico de fortalecimento econômico e social desses setores já existem. Os instrumentos de crédito, promoção da igualdade das mulheres, assistência técnica, seguro e comercialização já operam com alcance expressivo e devem ser ampliadas e ajustadas.

Nas áreas de expansão da fronteira agrícola na região amazônica, está em curso uma verdadeira disputa por um novo padrão de desenvolvimento. Por meio de ações do governo federal, que demandam maior integração e ampliação, combinam-se a criação de unidades de conservação ambiental, demarcação de territórios indíge-

nas, investimentos em infraestrutura, combate à violência, instalação de estruturas de Estado com a arrecadação de terras públicas griladas e sua destinação para projetos econômicos sustentáveis, como é caso das Reservas Extrativistas, dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável e dos Assentamentos Florestais, além da gestão das florestas nacionais. Abre-se, de fato, a possibilidade de um padrão de ocupação e exploração mais democrático e sustentável, distinto do que levou à devastação ambiental, à grilagem e à violência.

Uma maior intervenção na estrutura fundiária implica transformar áreas sob exploração da agricultura patronal em áreas de agricultura familiar por meio de assentamentos rurais. Para

disputar o modelo, a reforma agrária tem que ter um novo sentido estratégico, que expresse um transcrescimento do que já está em curso. Isso demanda a atualização dos índices de produtividade que informam os processos de desapropriação, ampliação e utilização das possibilidades existentes de desapropriação de áreas produtivas, a verificação das dimensões ambiental e trabalhista da função social da propriedade e a definição de limites no tamanho das propriedades rurais. Exige, ainda, que as ações de reforma agrária tenham um reforço expressivo na alocação de recursos orçamentários e uma maior integração das políticas de acesso a direitos e de apoio à produção, agregação de valor e comercialização.

Encontro Nacional da Marcha Mundial das Mulheres

Feminismo em ação. Pauta trará formação política e auto-organização.

Entre os dias 25 e 28 de maio, na cidade de Belo Horizonte, acontece o I Encontro Nacional de Ativistas da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). São esperadas 500 mulheres de diversos estados do Brasil.

O encontro tem objetivos que combinam formação política, a partir do desenvolvimento de debates, e um forte caráter de organização e planejamento. Será o espaço adequado tanto para impulsionar a organização da MMM no âmbito dos estados quanto para avançar na construção da identidade política do movimento, a partir de bases comuns de análise e de

formas de ação. Também será esse o espaço privilegiado para organizar uma agenda de lutas para 2006/2007 e de a militância brasileira se preparar para o Encontro Internacional da MMM, que acontecerá no mês de junho em Lima, Peru.

O evento está apoiado em mesas de debate, grupos de discussão, oficinas e programação cultural. Os temas a serem desenvolvidos são diversos e mantêm inter-relação. Nas mesas, por exemplo, serão pautados debates como o combate à violência contra a mulher; desigualdade no mercado de trabalho e por uma economia femi-

nista (que envolve questões como a necessária valorização do salário mínimo); a luta pela legalização do aborto; a luta contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Também terão espaço temas como soberania alimentar e reforma agrária, a luta contra o livre-comércio e a militarização, biopolítica e biodiversidade, entre outros.

É esperada a participação de diversos setores de mulheres, como camponesas, negras, lésbicas, jovens, portadoras de deficiência. Assim, estarão garantidos recortes específicos para cada um dos debates promovi-

dos. Mas também estarão contempladas nas mesas discussões como a questão da sexualidade, que dialoga com a luta das mulheres homossexuais, e as mulheres na luta anti-racista.

A Marcha Mundial das Mulheres tem sido um dos principais movimentos impulsionadores da luta feminista no Brasil. A partir de um caráter antipaternalista e de solidariedade internacional, a MMM tem ampliado sua organização em muitos estados e dialogado com importantes setores de mulheres organizadas a fim de "mudar o mundo para mudar a vida das mulheres".

Alguma coisa está fora da ordem

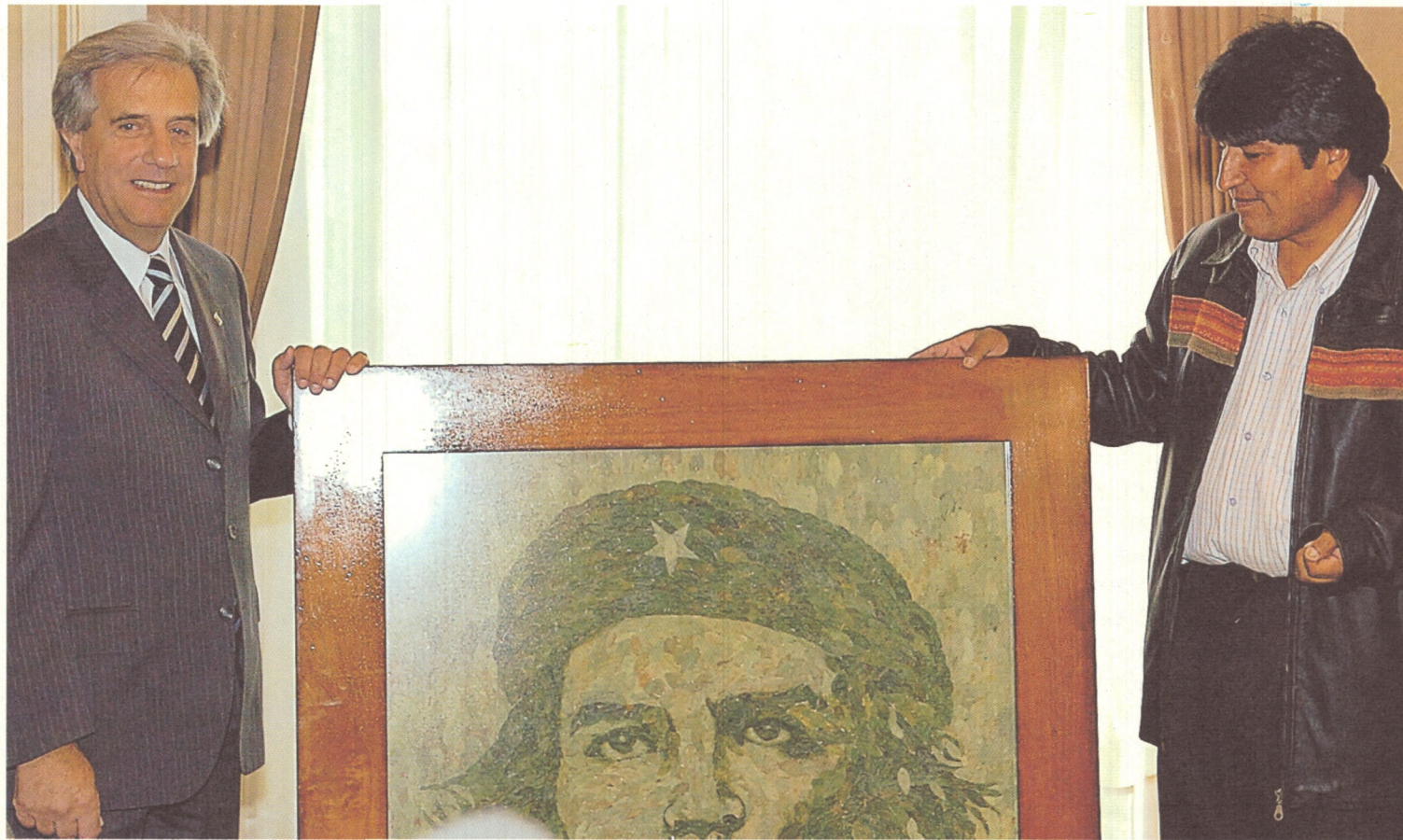
Conjuntura internacional. Capítulos introdutórios de um novo cenário mundial.

No início da década passada, o triunfo da globalização neoliberal e do imperialismo estadunidense como única potência hegemônica inaugurou uma "ordem mundial" mais violenta, injusta e instável do que a da "Guerra Fria". Isso não foi imediatamente óbvio nem para a opinião pública, nem para a esquerda - seja em âmbito mundial ou nos mais diversos países. Mas hoje estão em andamento, em diferentes cenários regionais e nacionais, respostas aos efeitos dessa "ordem". É sobre esse terreno, com grandes potencialidades, que as esquerdas estão desafiadas a construir alternativas.

O capítulo mais interessante se desenvolve na América do Sul. Nesse contexto, o início do governo Evo Morales foi de extrema importância para toda a região, sobretudo para a área andina. Seu rechaço ao tratado de livre comércio (TLC) com os Estados Unidos - que os governos da Colômbia e Peru já assinaram e o do Equador quer assinar - reforçou enormemente a pressão popular contra o acordo nesses países.

A vitória do candidato Ollanta Humala no primeiro turno da eleição no Peru, um militar nacionalista que fez da crítica ao TLC sua bandeira eleitoral, acontece ao mesmo tempo em que, no Equador, um levante indígena bloqueou a intenção do governo de assinar o acordo. O governo colombiano, único aliado incondicional de Bush na região, está isolado na defesa do TLC na Comunidade Andina de Nações (CAN).

Para se entender a transcendência dessa disputa, há que se considerar que, derrotado o governo dos EUA na estratégia da Alca, sua prioridade passou a ser a firma de TLCs com países (Chile) e sub-regiões (América



Novos ares. Evo Morales presenteia Tabaré Vasquez com um quadro de Che Guevara.

Central, Comunidade Andina). Nos Andes, os estadunidenses parecem estar em vésperas de colher um segundo fracasso estratégico. O TLC na América Central já foi muito desgastante para os governos que o assinaram (incluído o governo Bush).

Novo cenário na Bolívia

A posse de Evo foi revestida de simbolismos indígenas e políticos muito fortes. Mas o início do seu governo foi além, transformando rapidamente em atos alguns compromissos do candidato. Foi convocada uma Assembleia Constituinte, e nos próximos meses, o país inteiro vai discutir a "refundação do Estado" para superar definitivamente a "fase colonial".

O governo formalizou o pedido de retirar o tema da água das negociações de liberalização na Organização Mundial do Comércio (OMC), bloqueando a

estratégia das multinacionais (Coca Cola, Nestlé etc.) de obter uma normativa supranacional favorável à privatização desses recursos. Tomando posição contra o TLC, o governo Evo abriu um debate sobre uma nova modalidade de acordos comerciais - Tratado de Comércio entre os Povos, TCP - que deveriam estar baseados no princípio de que a distribuição dos ganhos deve ser equitativa entre os povos, e não pautada pelos interesses dos grandes grupos econômicos multinacionais.

Em cumprimento da nova legislação sobre hidrocarbonetos, o governo boliviano iniciou uma forte negociação com o governo brasileiro e a Petrobrás, afirmando que quer não como "patrão", mas como "sócio" na exploração do gás. Tudo indica que a Bolívia completará o ciclo da re-nacionalização dos recursos naturais, afetando interes-

ses de diversas empresas multinacionais de países imperialistas e alterando sua relação com a Petrobrás.

Vale destacar outro fato. A Bolívia perdeu sua saída ao mar em uma guerra contra o Chile no final do século XIX. A recuperação do acesso ao mar é um tema que incendeia o nacionalismo dos dois lados da fronteira. Porém, a presença do Evo na posse da nova presidenta do Chile, Michele Bachelet, apontou, pela primeira vez em décadas, a busca de fórmulas aceitáveis para os dois países.

Os meses seguintes serão de intensa disputa política no país e na situação geopolítica na região. No período anterior à eleição, Evo foi atacado tanto pela direita e a embaixada dos Estados Unidos (que o vê como esquerdista perigoso e aliado do narcotráfico) como por setores esquerdistas (que o declara-

ram "traidor" e o "expulsaram" da COB, a *Central Obrera Boliviana*). Isto é, pelas duas pontas ideológicas, há tensões latentes à espera de que o governo enfrente impasses.

Evo Morales ganhou as eleições porque foi capaz de reunir na sua candidatura os votos de setores urbanos radicalizados muito mobilizados, setores indígenas e camponeses empobrecidos pelo modelo neoliberal e setores médios cansados com a incapacidade dos partidos tradicionais de dar uma saída ao ciclo de crises políticas iniciado no ano 2000, quando o povo de Cochabamba se levantou contra a privatização da água (crises que "devoraram" a todos os que sentaram na cadeira presidencial desde então). Porém, a direita também conquistou espaços institucionais importantes e mantém capacidade de iniciativa.

Avanços e impasses nos países imperialistas

França, Itália, EUA. Juventude e imigrantes se levantam no centro do imperialismo.

A França foi palco de grandes mobilizações contra a lei do contrato de primeiro emprego, pela qual o governo Chirac pretendia flexibilizar a demissão de trabalhadores - medida que, segundo a propaganda neoliberal, facilitaria a contratação! Foram organizações estudantis - cuja decadência havia sido decretada por muitos na esquerda -, junto com o fragmentado movimento sindical - cujo atestado de óbito era ainda mais antigo -, que impulsionaram os protestos que levaram o governo a retirar a lei aprovada.

Essa foi a terceira convulsão francesa em pouco tempo. Houve a revolta de outro setor de jovens, o dos filhos e netos de imigrantes, moradores das periferias, que durante vários dias promoveram quebra-quebras em protesto contra a repressão policial. Antes disso, a maioria do eleitorado votou "não" à constituição europeia, em rechaço às ameaças aos direitos sociais contidas nela.

O peculiar é que essa sucessão de mobilizações não encontrou fio condutor em um projeto alternativo. Passado o impacto

da mobilização, as esquerdas partidárias se recolhem à sua inércia, e não produzem um projeto político capaz de expressar a rejeição da população às políticas neoliberais.

Itália e EUA

Na Itália, por estreita margem, a ampla aliança que apoiou a candidatura de centro-esquerda de Romano Prodi derrotou o primeiro-ministro direitista Silvio Berlusconi. O governo Prodi certamente trará novidades à cena europeia, como o anunciado retiro das tropas italianas do Iraque.

Porém, não há como prever se a maioria de Prodi sobreviverá ao desafio de ser governo, já que ali se contabilizam setores que questionaram a aliança por razões programáticas. Lembre-se que Prodi é um político moderado e defensor do projeto europeísta, que parte importante dos movimentos altermundialistas italianos rejeita.

Finalmente, há que se registrar as mobilizações que reuniram centenas de milhares de manifestantes em diversas partes dos Estados Unidos em defesa dos imigrantes latino-america-

nos. Foi uma reação às ameaças da direita de fazer a legislação contra a imigração ilegal ainda mais restritiva e punitiva. Ao lado das mobilizações contra a guerra, a destruição de comunidades pela ação das corporações multinacionais e os TLCs, os imigrantes estão passando a ser um dos principais sujeitos políticos anti-sistema no coração do imperialismo. É por isso que intelectuais reacionários lançaram o alerta contra "o perigo" que significariam para os EUA essas populações que não carregam os "valores estadunidenses".